

17/03/2016  
Bruxelas; Lisboa

Ex.mo(s) Senhor(es),

No passado dia 8 de março, o Comité da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal (Standing Committee on Plant Animal Food and Feed - PAFF) adiou a votação da nova aprovação de glifosato na UE. Uma vez que não foi obtida uma maioria qualificada, a Comissão Europeia (CE) solicitou aos Estados Membros que apresentassem sugestões até ao dia 18 de março.

Com a presente carta, vimos solicitar uma reação imediata a esta matéria e esperamos que seja proposta a suspensão imediata da nova aprovação de glifosato na UE.

Em completo desrespeito pelo número crescente de provas científicas sobre os efeitos tóxicos do glifosato para o homem e ambiente, a proposta da CE inclui a sua autorização para a quase totalidade do período máximo possível (14 anos) e ainda aumentou a dose diária admissível (DDA) em 66% (de 0,3 mg/kg para 0,5mg/kg), i.e., passará a ser tolerada uma dose mais elevada de resíduos de glifosato nos alimentos.

Os herbicidas à base de glifosato estão longe de serem inofensivos. No último ano, o glifosato foi classificado pela IARC - Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro, uma estrutura especializada da OMS (Organização Mundial de saúde) como “carcinogénico provável para o ser humano” (equivalente a um agente cancerígeno da categoria 1B). Na Europa, de acordo com o Novo Regulamento relativo a Produtos Fitofarmacêuticos - Plant Protection Product Regulation (PPPR) 1107/2009, um pesticida deste tipo não pode ser autorizado, a menos que a exposição à substância ativa seja considerada desprezível (Artigo 4.1; Anexo II 3.6.3).

Todavia, na Europa, a avaliação do glifosato levada a cabo pelo Instituto Federal Alemão para a Avaliação dos Riscos (BfR), na qualidade de Estado-Membro relator para a Comissão Europeia, e pelo parceiro da Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA) concluiu que o glifosato não representa um “risco cancerígeno para o Homem” ou qualquer outro risco para a saúde ou para o ambiente<sup>1</sup>.

Esta divergência acerca toxicidade do glifosato está na interpretação dos resultados. A IARC apenas teve em conta os estudos disponíveis ao público e considerou: evidência “limitada” para o cancro os tumores malignos em 2 estudos com ratos; evidência “suficiente” para o cancro o Linfoma não Hodgkin em 3 estudos de caso com seres humanos de 3 países diferentes e em 1 estudo de

---

1 <http://www.pan-europe.info/press-releases/2015/11/efsa's-un-scientific-opinion-glyphosate-not-carcinogen>

meta-análise; finalmente, “forte evidência”, os resultados de genotoxicidade após exposição ao glifosato ou a produtos à base de glifosato<sup>2</sup>. A BfR e a EFSA consideraram todos estes efeitos como “evidências pouco sólidas” e não relevantes para a exposição ao glifosato e usaram outros estudos não disponíveis ao público para sustentar a sua argumentação.

Na verdade, a BfR, na sua adenda, encontrou não dois mas cinco estudos com ratos com tumores malignos significativos, quando utilizou os mesmos testes estatísticos da IARC e recomendados pela OECD<sup>3</sup> (Anexo 1). A falta de justificação científica para a forma como a BfR e, depois, a EFSA descartaram todas as conclusões positivas relativas ao cancro é extremamente preocupante e já foi publicamente denunciada e criticada por cientistas e especialistas em toxicologia<sup>4</sup>.

O facto de a indústria realizar os testes dos seus próprios produtos já é problemático suspeito sobre a validade e a imparcialidade dos dados. Mas é sabido que a Unidade de Pesticidas da Comissão Europeia aceita os dados da indústria de pesticidas, mesmo quando estes contêm lacunas graves que, a serem preenchidas, poderiam impedir a aprovação. A avaliação do glifosato parece ser mais um exemplo. Numa decisão recente, o Provedor de Justiça europeu (Ombudsman) criticou a Direção Geral de Saúde (DG Saúde) por má gestão, ao autorizar pesticidas com lacunas nos dados da avaliação que podem ter consequências graves para a saúde e ambiente<sup>5</sup>.

Mas não é tudo. A carcinogenicidade do glifosato parece ser apenas a ponta do icebergue deste componente. A Autoridade Europeia ignorou dezenas de estudos independentes que mostravam uma série de efeitos secundários resultantes da exposição ao glifosato: problemas de reprodução e doenças em explorações de animais (Krüger and Shehata, 2014)<sup>6</sup>, doenças em seres humano<sup>7,8</sup>, efeitos sobre o desenvolvimento e a reprodução de animais em laboratório<sup>9</sup>, resistência de bactérias nocivas e susceptibilidade a bactérias benéficas<sup>10</sup>, enfraquecimento de

2 <http://monographs.iarc.fr/ENG/Monographs/vol112/mono112-09.pdf>

3 [http://www.pan-germany.org/download/PAN\\_Germany\\_Addendum\\_analysis\\_09112015.pdf](http://www.pan-germany.org/download/PAN_Germany_Addendum_analysis_09112015.pdf)

4 <http://jech.bmj.com/content/early/2016/03/03/jech-2015-207005.full>

5 <http://www.ombudsman.europa.eu/press/release.faces/en/64156/html.bookmark>

6 [http://www.ensser.org/fileadmin/files/Science\\_in\\_the\\_Eye\\_of\\_the\\_Storm/II\\_Monika\\_Krueger\\_-\\_Collateral\\_damages\\_of\\_the\\_herbicide\\_glyphosate\\_in\\_dairy.pdf](http://www.ensser.org/fileadmin/files/Science_in_the_Eye_of_the_Storm/II_Monika_Krueger_-_Collateral_damages_of_the_herbicide_glyphosate_in_dairy.pdf)

7 Swanson NL, Leu A, Abrahamson J, Waller B, 2014. Genetically engineered crops, glyphosate and the deterioration of health in the United States of America. *Journal of Organic Systems*, 9(2): 6-37

8 Samsel A, Seneff, S, 2015. Glyphosate, pathways to modern diseases III: Manganese, neurological diseases, and associated pathologies. *Surg Neurol Int.* 6:45

9 Mesnage R, Defarge N, Spiroux de Vendomois J, Seralini G.E., 2015. Potential toxic effects of glyphosate and its commercial formulations below regulatory limits

10 Shehata AA, Schrodler W, Aldin AA, Hafez HM, Kruger M, 2012. The Effect of Glyphosate on Potential Pathogens and Beneficial Members of Poultry Microbiota In Vitro. *Curr Microbiol* DOI 10.1007/s00284-012-0277-2

culturas e resistência a pragas<sup>11</sup>. Cientistas de todo o mundo alertaram a CE<sup>12,13</sup> e é extremamente grave ignorar esses alertas.

Tendo em conta todos os efeitos negativos relacionados com a exposição ao glifosato, apresentados em estudos independentes, bem como a correta interpretação dos estudos regulamentares, o glifosato devia ser banido, uma vez que os critérios definidos nos Anexos II e 3.3.3 a 3.6.4 e 3.7 do PPPR 1107/2009 não são satisfeitos (Artigo 4.1).

A utilização do glifosato à escala mundial tem vindo a aumentar, não apenas na agricultura como pomares e vinhas, mas também em parques, jardins, linhas de caminhos-de-ferro e cemitérios. Os resíduos de glifosato nos alimentos duplicaram nos últimos 3 anos e recentemente, na Alemanha, foram detetados vestígios de glifosato em 99,6% das amostras de urina de 2000 consumidores, ¾ dos quais estavam acima dos limites de segurança, sendo que se tratava, na sua maioria, de crianças<sup>14</sup>. Estamos muito mais expostos do que se pensava inicialmente e estamos a por em perigo a saúde das crianças.

Além disso, gostaríamos de chamar a vossa atenção para os seguintes aspetos:

- Não existe um consenso científico entre os reguladores e cientistas independentes acerca da carcinogenicidade do glifosato. Nestes casos, a Regulamentação dos Pesticidas deve aplicar o “princípio da precaução, a fim de garantir que as substâncias ativas ou os produtos colocados no mercado não afetem negativamente a saúde humana ou animal ou o ambiente.” (PPPR 1107/2009; Artigo 1.4).
- Não existem dados relativos aos efeitos do glifosato para a desregulação do sistema endócrino humano e de organismos não visados. De acordo com a Regulamentação dos Pesticidas, “deverá prestar-se especial atenção à proteção de grupos populacionais vulneráveis, incluindo grávidas, lactentes e crianças” (PPPR 1107/2009, considerando 8). A avaliação europeia desvalorizou todos os estudos independentes que mostravam os efeitos endócrinos resultantes de doses baixas e ambientalmente relevantes de glifosato, sem ter os dados das diretrizes de ensaio da OECD exigidos para a desregulação endócrina.
- 
- O glifosato constitui uma ameaça para o futuro da agricultura, uma vez que debilita as culturas, imobiliza os nutrientes do solo e promove o desenvolvimento de fungos, agentes patogénicos e doenças que requerem a utilização de pesticidas juntamente com o glifosato<sup>15</sup>. Os agricultores

11 <http://www.i-sis.org.uk/glyphosatePoisonsCrops.php>

12 <http://ehjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12940-016-0117-0>

13 <http://www.ensser.org/media/0116/>

14 <https://www.euractiv.com/section/agriculture-food/news/overwhelming-majority-of-germans-contaminated-by-glyphosate/>

15 <http://www.i-sis.org.uk/glyphosatePoisonsCrops.php>

estão a tornar-se cada vez mais dependentes dos pesticidas, o que vai contra os princípios da Diretiva sobre o Uso Sustentável dos Pesticidas (2009/128/EC) e da Proteção Integrada, que devem ser aplicados em todos os países da UE desde dezembro do 2014, para promover a baixa utilização de pesticidas recorrendo a métodos não químicos.

Finalmente, a Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA), enquanto agência oficial para a classificação harmonizada dos produtos químicos na UE, irá também rever o potencial carcinogénico do glifosato, mas a avaliação a que deu início só deverá estar pronta no final de 2017. Tendo em conta as controvérsias científicas, tomar uma decisão final antes da apresentação das conclusões da ECHA será uma irresponsabilidade para com os cidadãos europeus.

Esperamos que tenham em consideração as nossas preocupações relativamente à exposição ao glifosato e que impeçam a nova aprovação deste químico perigoso na Europa.

Cordialmente,



Angeliki Lyssimachou, PhD  
Em nome do PAN Europe



Paula Lopes da Silva  
Pela Direção Nacional da Quercus